

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Data:	27-08-2021
Local:	Google Meet
Horário:	15hs
Participantes:	<ul style="list-style-type: none">• Maria Augusta Kinnemann, Segesp• Cristina Schmidt, Segesp• Adriane Quevedo, Segesp• Gisele Santos Sena, Segesp• Daniela Timm, Segesp• Nazareth Muller, Segesp• Luis Fernando Schwarz, Segesp• André Farias, Setic• Márcia de Lima Costa, Setic• Eder Scherer Oliveira, Secof• André Roberto M Marinho, Secof• Cesar Collatto, Secof• Caroline May, CSaúde• Graziela D. Xavier, Seama• Cristina Schiavon, Seama
Objetivo Geral:	Monitorar andamento do projeto.
Validação da ata anterior:	A ata do dia 09-07 foi validada. A ata do dia 13-08 foi disponibilizada por e-mail para validação até 03-09-2021.
Assuntos tratados e deliberações (exceto as relacionadas às demandas abaixo):	<p>Inicialmente, Maria Augusta reportou a divulgação da segunda matéria sobre o Sigep, já com o Sigepinho - e-mail Secom "Conheça o Sigepinho", com link para o Sigep Online. No Vox (https://www.trt4.jus.br/portais/vox/modulos/noticias/470076), a matéria traz link para a página do sistema, no site, bem como atalhos para as matérias anteriores.</p> <p>Maria Augusta transmitiu a preocupação da Seção de Benefícios em relação ao Auxílio-Transporte, uma vez que a rubrica nacional não atende aos critérios adotados pelo TRT4. A rubrica regional criada deverá ter regras idênticas àquelas do sistema legado. A SB já enviou, anteriormente, análise das divergências de cálculo e referiu que a matéria deveria ser tratada com urgência, devido ao retorno gradual dos servidores às atividades presenciais. Marinho confirmou que a rubrica regional já foi criada e aguarda a área técnica - SB - indicar as regras de cálculo. Márcia referiu que não há como a Setic analisar regras no legado para replicá-las no novo sistema. Sugeriu que a SB apresente as mudanças que deverão ser feitas em relação à forma de cálculo da rubrica nacional. Maria Augusta falará com a SB para</p>

que seja realizada reunião SB/Secof/Setic (André/Marinho/Márcia). Marinho falou que, provavelmente, terá que ser adotada solução semelhante àquela criada para as consultas da Unimed, PAPS, em razão das situações de AT parcial x pagamento antecipado.

Em relação ao tema tratado na última reunião - GECJ, Maria Augusta falou do e-mail da SAM informando que teria sido **concluída a análise da planilha DE_PARA, estando pronta para ser carregada pela Setic, o que será providenciado, de acordo com Márcia.**

Quanto à necessidade de indicação, no sistema, do deferimento para pagamento de GECJ, SAM e Seama concordam que o procedimento adotado hoje já indica que o deferimento é assim considerado mesmo quando *ad referendum*, não sendo necessário aguardar OE, tampouco demandando que matéria seja submetida à consideração superior.

Como não será necessária autuação de processo para tratar da questão acima referida, Seama submeterá outras 'necessidades' decorrentes do novo sistema, tais como: lotação plúrima, Cejuscs interior*, portarias ACV, etc (a questão da lotação de magistrados em Postos já foi submetida).

***Maria Augusta questionou se não seria possível, nos foros em que há Cejusc, a CCDF ser 'tipificada' como centro judiciário. Cristina fará testes para apurar possíveis impactos dessa classificação. No Cejusc2 já está desta forma e SAM testará.**

Ainda ref. assunto tratado na última reunião - GECJ, Maria Augusta reportou manifestação da SAM no sentido de que a utilização de 'designações antigas' seria, de acordo com o que consta no Redmine #44470, para portarias migradas, especificamente. Neste sentido, **Maria Augusta sugeriu que a SAM deixe de utilizar esta solução de contorno e submeta à consideração superior a sugestão de replicação dos termos das RAs como portarias, visando à geração dos efeitos financeiros esperados.**

Cristina informou necessidade, para o funcionamento do SIGS, de verificação das situações de servidores/magistrados casados/união estável terem o nome de seus cônjuges inseridos em campo próprio no módulo de Gestão. **Segesp/Adriane fará relatório de servidores/magistrados nesta situação. Maria Augusta sugeriu, também, que seja verificada possibilidade/necessidade de abertura de Redmine para que, havendo dependente cadastrado como cônjuge, seus dados sejam replicados para o campo do módulo de Gestão.** Lembrou, ainda, que o fato de existir campo no módulo de Gestão, desvinculado de finalidade no módulo de Dependentes, resolveria a questão dos servidores/magistrados que solicitarem registro de cônjuges para fins de pensão civil.

A respeito da necessidade de segregação, no Organograma, da SDC x OE, para fins de designação x pagamento GECJ, SAM irá consultar TRT3. Atualmente, o fato de constar uma secretaria somente não traz problemas porque os magistrados são lotados em gabinetes e turmas, além disso, o controle do histórico de atuação em uma ou outra especializada é da STPOESDC e não da Segesp.

Cristina reportou já ter atendido à solicitação da Seama de classificação da 30ª VT P. Alegre como gabinete e secretaria, para testes.

Eder ressaltou a importância de reunião da Secof e Setic para ajuste dos procedimentos necessários para a 'virada': cargas, relatórios, etc.

Demandas:

	Assunto	Responsável	Prazo	Andamento	Novo prazo
1	<p>Substituição/designação magistrados:</p> <ol style="list-style-type: none"> acompanhar criação de unidade para as designações de magistrados que compõem o gabinete auxiliar, evitando, assim, que os magistrados recebam como desembargadores. (Autuado Proad 3460/2021, já que a criação de unidade altera o organograma.) <p>Observação: até que a unidade seja criada, como já previsto na ata anterior, a Seama terá que informar a Secof para que não ocorra o pagamento indevido, o ajuste será manual.</p>	1.1 Seama	nd		
2	<p>Geração de novo código para magistrados e servidores, a cada novo cargo (ex.: técnico que passa a ser analista):</p> <ol style="list-style-type: none"> Verificar andamento TRT2 quanto ao desenvolvimento de ferramenta que atenderia à necessidade de duas matrículas para o eSocial sem que houvesse, de fato, duas matrículas no Sigep (previsão: versão 1.24); Reportar se todas as áreas interessadas foram comunicadas do novo procedimento. <p>Informação relevante: Cristina reportou que o TRT2 estaria desenvolvendo uma ferramenta capaz de gerar novo número de matrícula, exclusivamente, para fins do eSocial. Foi solicitado report quanto ao andamento desta ferramenta ao TRT2.</p>	Segesp	10-2021		
3	<p>Indenização de transporte/OJs:</p> <ol style="list-style-type: none"> Acompanhar andamento Proad 2431/2021, que submeteu o problema e a solução de contorno à consideração superior; Acompanhar Redmine #44588 (ref cruzamento afastamentos x pagamento indenização). 	Secof	nd		

4	<p>Homologação versão instalada 1.21 na base Homologação:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Acompanhar andamento Redmine #42735, ref criação de datas de início e fim dos fundamentos para que não precisem ser excluídos aqueles que excedam a um, considerando notícia trazida pelo Marinho, em 29-03-2021, de que só pode ser indicado um ato; 2. Lançar fundamentos de aposentadoria dos casos pendentes; 3. Testar ajustes das proporcionalidades; 4. Reportar reunião para definição fluxo de informações (Secof alinhará com Segesp/SAP). <p>Obs.: Redmine #25481 -> em relação ao campo 'optante pelo cargo efetivo', há registro de que não será atendido por ter sido demandado ajuste na rubrica, o que estava previsto para agosto de 2020.</p>	Secof	nd		
5	<p>Instalar na base Homologação:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. eSocial; 2. GEst1 -> sem previsão de recebimento de nova versão; 3. AtAt 2.6.1 - aguarda atendimento Redmine #42327 devido problemas técnicos para a instalação. <p>Homologar versões instaladas na base Homologação:</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. GECJ; <ol style="list-style-type: none"> a. Analisar planilha DE-PARA (https://www.google.com/url?q=https://docs.google.com/spreadsheets/d/1lw8xEamL2XLsd38q6c6fpJKuJCrp67qjxL_5o6kVG1s&sa=D&source=editors&ust=1625087275280000&usg=AOvVaw2HhDHfQ_tlb7VmNZQ7K5Ym) ref tipos de designações - SAM; b. Acompanhar Redmine #44363, ref. inclusão do tipo 'Substituir' nas necessidades de designação 	<p>Setic - 5.1 a 5.3</p> <p>Seama e SAM - 5.4</p> <p>CSaúde - 5.5</p> <p>Secof - 5.6 e 5.8</p> <p>Segesp - 5.7</p>	nd	<p>Ref. homologação versão com banco de dados em Oracle, foi confirmada pela Segesp, Secof, Seama e CSaúde. Farias fará contato com EJud. A princípio, os problemas encontrados/reportados pelas áreas não decorrem da alteração no banco de dados. quanto à alteração da data fim da concessão para fins de IR, Márcia explicou que pode ser algo relacionado a parâmetro que teria sido alterado na base de Produção e na de Homologação, não, por isso o comportamento diferente.</p> <p>5.4 Ref homologação GECJ, Maria Augusta levantou questionamento sobre necessidade de serem 'criados' Cejuscs no interior ou se seria possível classificar as CCDFs em que há Cejusc como núcleos especializados ou centros judiciários. Cristina irá alterar para que Seama teste.</p> <p>Sobre o Redmine #44363, Graziela informou que foi alterado para 45119 e há previsão de ajuste na versão</p>	nd

<p>geradoras de GECJ - SEAMA;</p> <p>c. reclassificar unidades judiciárias: necessária alteração das Varas no módulo Comissionamento para "Gabinete de Vara". SETIC reportou impacto no PROAD e necessidade de contato com TRT12, o que já está sendo providenciado. Para o 2º grau, não há este problema, pois os magistrados já estão lotados em gabinetes. Quanto aos convocados, como eles mantêm sua lotação, não há necessidade de alteração de tipo nas unidades em que estão atuando (juízos auxiliares, pe, deverão ser mantidos como 'secretarias'). Ainda, nos postos também será necessária a criação de 'gabinete de vara'. Cristina testará impacto dessa alteração.</p> <p>Acompanhar atendimento do Assyst R163888, aberto pela Graziela, que identificou erro no menu 'Calcular Mês', ref junho, a partir da configuração de algumas unidades na base de homologação, feita pela Cristina.</p> <p>-> Juízes Titulares devem ser lotados em Gabinete de Vara e Desembargadores em Gabinete de Desembargador ou Turma</p> <p>d. testar emissão de portarias pelo Sigep para efeito de pagamento de GECJ aos magistrados dos Cejusc 1 e 2. Ainda, já foi constatada a necessidade de criação dos CEJUSC-JT do interior e de que as Portarias de designação da Presidência para os CEJUSC-JT sejam feitas no SIGEP, a fim de gerar o pagamento da GECJ. O problema é comum à Seama e SAM</p>		<p>1.26.</p>	<p>Graziela ratificou que as portarias relativas aos CEJUSC-JT 1º e 2º Graus + JAP (para os quais há convocação de juízes) já são replicadas pela SAM no menu "Designações Antigas". Contudo, conforme orientado no GT da GECJ, as Portarias devem ser lançadas no Menu "Designar Juízes Titulares", de onde são extraídos os dados para pagamento da GECJ. No redmine #44470, o TRT2 informou que o menu "Designações Antigas" é destinado apenas à migração de Portarias. Então, há necessidade de submeter à Presidência a alteração do procedimento. Referiu, também, que as Portarias dos CEJUSC-JT do interior não estão no sistema e precisam ser replicadas ou expedidas diretamente no SIGEP.</p> <p>Graziela salientou, ainda, haver necessidade de definição sobre as portarias referentes à ACV (Ação Conciliatória Voluntária) e outras iniciativas da Presidência (mutirões/auxílio no CEJUSC-JT, por exemplo). Aquelas relativas à ACV não geram GECJ, mas podem vir a pontuar na promoção por merecimento. As outras, que se referem aos auxílios no CEJUSC-JT (atuação auxiliar no Tribunal), geram GECJ.</p> <p>Falou, também, ser necessário definir a questão da numeração das portarias da Presidência relacionadas ao CEJUSC-JT, Núcleos Especializados, ACV, etc. Os outros Tribunais efetuam o lançamento no Menu Designar Juiz Titular do Módulo Designação de Magistrados. Há proposta de unificar os Menus (Designar Juiz Substituto, Designar Juiz Titular) e incluir a designação de Desembargador (inclusive para unidades do 1º grau). O SIGEP atribui o número das Portarias automaticamente e, atualmente, esse número vem sendo alterado pela Seama, contudo, está prevista utilização da numeração do sistema e integração com o DEJT, o que levanta dúvida sobre como funcionaria a numeração das Portarias: essas Portarias da Presidência referentes aos CEJUSC-JT, ACV e outras</p>	
--	--	--------------	---	--

<p>-> em relação ao fato de ainda não existirem os CEJUSCs do interior como unidades, considerando que o pagamento da GECJ está ocorrendo 'por fora' do Sigep, não há problema neste momento. Cejuscs devem ser classificados como núcleos especializados;</p> <p>Referente às portarias de magistrados: Graziela referiu existir módulo próprio com impacto financeiro, sendo necessário, então, replicar as portarias recebidas da Presidência no módulo de Designação.</p> <p>e. autuar Proad para submeter proposta de adequação da lotação de magistrados substitutos em postos (no sistema já estão desta forma) - SEAMA (Seama atenderá demanda após publicação 'nova 63');</p> <p>5. Sigs (funcionalidade de competência médica - depende do retorno ao trabalho presencial -> até que seja homologado pelos médicos, SIGS não poderá entrar em produção, cf Caroline, em 28-05-2021). Versão atualmente instalada: 1.17.0.0. Redmines já abertos: #44599: Exigência de CID para licença gestante;</p> <p>#44600: Inclusão de campo para a inserção de liberação médica (chamamos na prática de dispensa de horário, quando o servidor se ausenta apenas um período da jornada para realização de exames e consultas);</p> <p>#44613: Inserção da modalidade LG - caput Art. 207 ou conforme Art. 4º da Resolução CNJ 321/2020.</p> <p>Outros Redmines abertos por outros regionais e que</p>			<p>teriam numeração apartada da numeração das Portarias expedidas pela SEGESP?</p> <p>Maria Augusta ponderou que seria o caso de aguardar para ver como funcionará o módulo de Portarias do módulo Principal para ver se haverá conflito entre a numeração de portarias expedidas de um e de outro.</p> <p>5.4.e Conforme Graziela, o PROAD 6820/2019, que trata da revisão do regime de lotação dos Juizes do Trabalho Substitutos já prevê a lotação de juizes substitutos em Postos Avançados e foi incluído na pauta do O.E de 03/09/2021. Na sequência, a Seama pretende autuar PROAD específico para tratar das repercussões e necessidades decorrentes das lotações nos Postos Avançados no SIGEP. Graziela falou que há, ainda, necessidade de resolver como ficará a lotação de magistrados no caso das lotações plúrimas (quando o juiz atua de forma compartilhada em 2 ou 3 Varas). O correto seria lotar em todas unidades em que atua, porém o SIGEP não permite, conforme informado pela Cristina e pela Gisele, que reportaram repercussão indesejada no e-Gestão. Graziela entrará em contato com o TRT3 e TRT15 para saber como estão fazendo, considerando que também possuem juizes atuando em auxílio compartilhado.</p> <p>Graziela informou que será autuado outro processo sobre a necessidade do Sigep de lotação em Postos, após a decisão no Proad 6820, prevista para 03-09.</p> <p>5.5 Instalada e já homologada versão Sigs 1.17.03. Os Redmines abertos foram integralmente respondidos e resolvidos.</p> <p>5.8 Sobre o Ofício CIRCULAR CSJT.GP.SG.SETIC Nº 39 2021 - Requisitos técnicos - implantação do módulo Passivos do SIGEP-JT, a Segesp verificou as datas de falecimento faltantes, já que a carga do dado foi anterior à criação do campo. Tarefa cumprida em relação a isso. A Segesp ainda verificará a inserção de data fim do dependente. A Secof providenciará o cadastro de</p>	
---	--	--	--	--

<p>impactam diretamente a CSaúde:</p> <p>#44386, #44354 e #42969. Consta como observação que as falhas serão corrigidas na versão 1.17.01.1.</p> <ol style="list-style-type: none">6. FW. A última versão homologada, com ressalvas (quintos e GECJ) pela Secof foi a 2.2.1. Solicitada instalação da versão 2.2.2 em produção;7. Principal. A última versão homologada foi a 1.23.1;8. Passivos - aberto Redmine #41813 (Marinho informou que a última versão do módulo de Passivos está apresentando problemas, desde a não ocorrência de carga de arquivos .txt até a efetividade de exclusão de registros, o que ocorre após 4 ou 5 tentativas somente. Informou, ainda, que segue sem rubricas nacionais). <p>Obs.1: em 25-06-2021, Graziela informou que foi verificado que a aprovação ou rejeição do pagamento de GECJ se dá em lote, sem distinção entre 1º e 2º graus, sendo o pagamento da GECJ aprovado ou rejeitado em bloco pelo mesmo usuário. Diante da necessidade de divisão de competências entre SAM (GECJ de Desembargadores e Juizes Convocados) e SEAMA (GECJ dos juizes em atividade no 1º grau). Cf contato com TRT3: na situação de divisão de competências, a orientação é resolver em nível de gestão de permissionamento de usuários.</p> <p>Os gestores dos setores responsáveis pelos dados (no nosso caso, SAM e SEAMA) são os usuários verificadores e que efetuam a aprovação dos dados.</p> <p>Após esse procedimento de aprovação dos dados, sendo os assuntos tratados por setores separados, a orientação é de que o gestor do setor financeiro seja o usuário responsável pela liberação do pagamento. Os relatórios e justificativas de pagamentos são todos feitos pelos usuários</p>			<p>sucessores e inserção de DFE e esclareceu junto ao TRT3 quanto à importação de arquivo csv referente à modelagem de informações previdenciárias, porém, o problema persiste. Já foi feita reunião e foi instalada nova versão do módulo, sendo apresentados os mesmos problemas. Secof pedirá auxílio novamente ao TRT3.</p> <p>Sobre a indicação de responsável financeiro para liberação do pagamento de GECJ, a Secof indicou o colega André Marinho, que será cadastrado pela Seama/Graziela.</p>	
---	--	--	---	--

	<p>verificadores e o usuário que libera o pagamento "só clica no botão" de liberar o pagamento.</p> <p>Obs.2: após instalação AtAt, Setic informará o que pode ser feito em termos de 'parametrização' - Redmine associado #37839.</p> <p>1ª Instalação suspensa diante de informação do TRT24 de que problemas na instalação não seriam resolvidos no momento porque o módulo não foi homologado como solução nacional. TRT24 informou que aguardam conclusão do trabalho GNN para definição das regras de estágios.</p>				
6	<p>Estagiários:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Acompanhar implementação solução de contorno para o pagamento de estagiários até que seja recebido módulo nacional - sugestão Farias, em 29-03-2021: criação de rubrica regional - o procedimento atual seria mantido, via folha legada, e os dados seriam carregados para a FolhaWeb - Assyst R160479 (ver e-mail: RH - Assyst R160479 - Alteração das datas de cálculo de estagiários (competência)); 2. Após, alterar folha estagiários para atender à necessidade do eSocial, 01 a 30. <p>Informação relevante: de acordo com Cristina e Marinho, a folha dos estagiários terá que passar a ser de 01 a 30 (por competência), devido eSocial</p>	Segesp, Secof, Setic	nd	6.2 Alterado a partir da folha 09-2021. A solução de contorno adotada é a carga do RH para a Folhawebe.	nd
7	<p>AutoAtendimento x Sigep Online:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Acompanhar liberação Sigep Online (indicados menus que deverão estar ocultos quando da primeira liberação do Sigep Online aos usuários, a partir de arquivo disponibilizado em 10-05 pela Setic (link: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1jy-ZFAtxs0hDnPgvgdrKiCFIs5B5AJCoPzyZRM-cjT8) - e-mail sobre isso: SIGEP - Configurações/Personalizações para o SIGEP 	TODOS 7.1 Segesp/Secofi (em caráter preliminar) - 7.2 a 7.4	nd	<p>Da ata anterior: "Zambiasi pediu que o TRT2 ou o TRT3 divulgassem o cronograma de entrada em produção do AtAt" -> uma vez que a demanda não havia sido atribuída a alguém em específico, não foi cumprida. Farias reportou mensagens trocadas em grupo de whatsapp, em que os Regionais responderam não estar em produção com o AtAt. Farias informou que não souberam informar quanto à previsão de utilização.</p> <p>7.1 Divulgada matéria com link ao Sigep Online. Maria</p>	nd

	<p>Online - a liberação ocorrerá de forma simultânea ao início da campanha de divulgação com a Secm, que está em andamento;</p> <p>2. Concluir análise funcionalidades atendidas por um e por outro (em 12-06-2020, Gisele reportou que todas as funcionalidades do Sigep Online relativas a servidores são acessíveis pelo AutoAtendimento);</p> <p>3. Identificar carências em relação às necessidades do TRT4 (Graziela reportou, em 29-03-2021, que, no momento, tanto Sigep Online como AtA não atendem às necessidades do nosso regional para a marcação de férias de magistrados - só há 3 opções para marcação de férias. Teriam que ser abertos períodos por escala, em dois momentos. Ainda, não atende integralmente ao abono pecuniário, não há campo para indicação de antecipação de férias, período convertido em abono consta como 'saldo', etc. Em 30-04-21, graziela reportou resposta do TRT2: não serão feitos ajustes no Sigep Online, somente no AtA, que ainda não está em fase de testes no TRT2 - sem previsão. Diante da não utilização do SIGEP Online para magistrados no TRT2 e da ausência de aprimoramento e suporte técnico, resta inócua a abertura do redmine. O projeto nacional é de aprimoramento do AA e as soluções devem ser buscadas nesse sistema. As respostas de e-mails do TRT2 sobre ausência de uso e não aprimoramento, bem como o detalhamento do processo manual foram anexadas no PROAD 8311/2020, encaminhado à Presidência. Zambiasi falou que não sendo possível a utilização do Sigep Online a SAM terá que retroceder para efetuar a marcação no módulo principal a partir dos requerimentos recebidos, como a Seama já vem fazendo.</p> <p>4. Liberar link para testes¹ -> apontamentos do</p>			<p>Augusta sugeriu aos presentes que divulguem em suas unidades o e-mail "Conheça o Sigepinho" para que nossos colegas acessem e transmitam suas impressões.</p> <p>A próxima matéria será férias e, na sequência, por indicação da Secof, indenização de transporte (Proad 2431/2021).</p> <p>7.3 Graziela informou que, no caso da Seama, será feita a escala de férias 2022 manualmente, da mesma forma que em 2020, e a SETIC efetuará a carga para o SIGEP, havendo dúvida apenas em relação aos procedimentos no caso das alterações de férias: continuará havendo a carga de férias ao menos até o final de 2021? Maria Augusta confirmou que as cargas serão mantidas até dezembro/2021.</p> <p>Graziela manifestou, ainda, preocupação com os registros no módulo Principal, pois não há campo para registro de antecipação: no Menu "Magistrados>>Antecipação Financeira" é possível consultar e editar o registro de antecipação de férias de todos os magistrados, porém não há local para incluir o lançamento. Além desse problema, existem aqueles já reportados quanto ao abono pecuniário. Graziela abrirá Redmine para criação de campo para indicação de antecipação, após testes na versão 1.24, já que Eder acredita que esta versão atenda a essa necessidade.</p>	
--	---	--	--	---	--

	<p>que já foi testado preliminarmente na Segesp: Cristina reportou erro na opção “averbação de tempo”, que não apresenta o tempo averbado, somente as datas. Falou, também, da possibilidade de se alterar dados bancários, o que não seria conveniente. Maria Augusta relatou que a remarcação de férias reflete no Sigep, mas não no “extrato de férias” do próprio Sigep On Line.</p> <p>*Ref versão AtAt recebida em Oracle, Zambiasi priorizará análise.</p> <p>1SOL terá que ser liberado para uso de avaliadores e avaliados até 07-2021 devido processo de migração do modelo de avaliação de desempenho do Tribunal. Atenção! Alertar avaliadores e avaliados de que o SOL está sendo liberado SOMENTE para essa finalidade.</p> <p>Documento compartilhado com análise preliminar AtAt x SOL: https://docs.google.com/document/d/1Z9abuoecQrjCMZiNc24kL9U4rhy49wSQ6g5HCXW--64/edit</p>				
8	<p>Tabela de Afastamentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Concluir análise afastamentos (de acordo com Cristina, em 14-05-2021, foram analisados afastamentos com impacto na avaliação de desempenho - e-mail: Atualização da planilha dos Afastamentos). Demanda segue em andamento em relação aos demais; 2. Abrir demandas necessárias para ajustes dos afastamentos existentes (Redmines). Demanda já identificada: previsão de prestação de serviço militar no exterior; 3. Reportar testes relacionados aos afastamentos criados no sistema legado: LTS > 720 dias; LPF > 31 dias e LPF > 61 dias (impacto progressões), fazer lçtos pra que seja testado impacto (ver e-mail: Afastamentos RH - criação); 	<p>TODOS - gestão da demanda pela Segesp</p>	<p>nd</p>		

	<p>Documento compartilhado: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1IH9rIDaw0qyU78C82TqXQtiNv2sk5Jk0AIC212WQEwg/edit#gid=0</p>				
9	<p>Inconsistências / carências Sigep-JT:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Com impacto em Folha (relatadas no Proad nº 6940/2019) - acompanhar/atualizar; 2. Sem impacto em Folha - concluir análise. <p>Documento compartilhado: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1ftkYMa8s3vluvNXsSjihj3gczkZby21LTqVf2vhu1Kg/edit?usp=sharing</p>	<p>TODOS - gestão da demanda pela Secof - 8.1 e Segesp - 8.2</p>	<p>Sobrestado</p>		
10	<p>Férias servidores:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ajustar Férias On-Line de forma a impedir marcação Sine die; 2. Definir procedimento para ajuste interrupções férias servidores; 3. acompanhar decisão no Proad 2243/2020, especialmente quanto às autorizações de férias e antecedência mínima para alteração/marcação primeiro período (45 dias); 4. acompanhar Redmine urgente #44736 (Seama) pedindo que o campo do desktop para antecipação tenha efeito sobre a folha - Zambiasi informou que só criaram para GN; 5. divulgar amplamente novos procedimentos relativos às férias (somente após retorno Proad 2243); 6. contatar TRT2 acerca de senha-mestra ou outra forma de acesso, na base Produção, pelos servidores da SFF; 7. concluir carga reversa. <p>Informação relevante: de acordo com Juciane, em 14-05-2021, o Sigep Online poderá ser utilizado quando respeitado o prazo de 45 dias. Quando as férias forem marcadas fora do Sigep Online, deverá ser feito lançamento da antecipação no Sigep módulo principal, entretanto, atualmente ele não gera efeito na FW.</p> <p>Observação: em 14-05-2021, Juciane falou de sua</p>	<p>Setic Seama Segesp</p>	<p>nd</p>	<p>*Marcar reunião sobre férias magistrados e servidores após retorno férias Zambiasi. Reportar em 10-09-2021.</p>	<p>nd</p>

	<p>preocupação quanto à alteração de férias com menos de 45 dias de antecedência por necessidade de serviço: uma vez que não há impacto financeiro, não haveria óbice em se pedir que o sistema permitisse essa alteração, entretanto o Redmine existente sobre o assunto foi encerrado. Será necessário aguardar retorno do processo 2243 para identificarmos próximas ações necessárias. Juciane salientou ser impraticável o lçto manual de pedido de alteração no período em que aberta a escala anual de férias de servidores.</p> <p>Observação ref informação recebida na reunião de 09-07-21: de acordo com Setic e Secof, não há problema em manter <i>Sine die</i>, pq, de qquer forma, ao ser carregado o dado para o Sigep é lançado com data futura - talvez seja o caso do Sigepinho contar que tudo que foi deixado <i>Sine die</i> constará com data que precisará ser alterada - Sigepinho terá que alertar que o pagamento ocorrerá na data marcada se não for alterada e que se férias não forem fruídas, terão que devolver o dinheiro.</p>				
11	<p>Férias magistrados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Acompanhar Redmines para o mód Principal para adequação às novas regras, aberto pelo TRT15 (#38677 - consta como HOMOLOGADO) -> em 25-06-2021, Graziela reportou terem sido ajustadas na versão 1.23.1. Relatou terem sido habilitados o menu da 'conversão em pecúnia' e os campos para registro do abono, porém, não há, ainda, rubrica nacional e persistem dúvidas / problemas que ensejaram os redmines #44133 (TRT4 - Módulo de férias - Registro do Abono Pecuniário) e 44182 (TRT4 - Relatório de abono de férias de magistrados trazendo a data de lançamento e não o período de abono).; 2. Acompanhar Redmines abertos para a FolhaWeb - #23948 e 37011 (em 14-05-2021, Marinho informou que Redmine #23948 consta 	<p>Seama - 9.1, 9.3 e 9.4</p> <p>Secof - 9.2</p> <p>Segesp - 9.5</p>	<p>nd</p>	<p>*Marcar reunião sobre férias magistrados e servidores após retorno férias Zambiasi. Reportar em 10-09-2021.</p>	<p>nd</p>

	<p>como "encerrado" e o #37011 informa que o Abono Pecuniário foi submetido ao CSJT para padronização legal) - no #37011, autuado PAE (TST) nº 500.419/2021-0, relacionado ao tema prioritário #43505: Uniformização de rubricas;</p> <ol style="list-style-type: none"> Reportar andamento Redmines ref escala magistrados (não há opção para marcação de três períodos para desembargadores); Acompanhar Redmines abertos sobre abono pecuniário (#44133 e 44182); acompanhar Proad nº 2665/2021 autuado para submeter à Administração a marcação manual de férias de magistrados do 2º grau e convocados. <p>Atenção! Grazi informou que ainda há problema no Sigep quanto ao abono pecuniário, que segue aparecendo como 'saldo' no sistema. Há expectativa de solução para o abono na próxima versão, terá que ser pensada solução regional. Novos testes terão que ser feitos a partir de 10-05.</p>				
12	<p>eSocial - envio de eventos:</p> <ol style="list-style-type: none"> enviar eventos iniciais (havia dado problema com o S1005). Pz: 11-2021 	Secof	27-08-2021		
13	<p>Parceria TRT2 para a Força-Tarefa:</p> <ol style="list-style-type: none"> Compilar todos Redmine cujo atendimento é imprescindível para a 'virada', visando comunicar TRT2. <p>Observação: foram recebidos e encaminhados ao TRT2 para priorização Redmines Secof, Seama e Segesp.</p>	TODOS, exceto Segesp e Seama	nd	<p>O grupo entendeu não ser necessário neste momento envio de novo e-mail com Redmines pendentes, uma vez que vêm sendo cobrados pelo próprio sistema dos Redmines. Em relação àqueles encerrados (4), Marinho informou que 1 deles será reaberto.</p>	nd
14	<p>Rubricas:</p> <ol style="list-style-type: none"> Alterar propriedade na rubrica nacional e informar no Redmine #42648, aberto pela Secof/Marinho, referente ao problema com propriedades de rubricas nacionais que teriam que ser mexidas, em razão, pe, da impossibilidade de cadastrar, alterar, etc, 	Secof	nd		

	<p>dados de pensões alimentícias (rubrica nacional programada para regime de competência), para que campo seja editável. (Até que demanda seja atendida, a rubrica nacional será programada no TRT4 para regime de caixa.)</p>				
15	<p>Previsão entrega módulos pendentes: diárias; ressarcimentos, etc: 1. Reportar retorno Comitê Nacional Sigeo-JT.</p> <p>Obs.: Em relação ao Sigep-JT, em 13-11-2020, Maria Augusta informou que em 29-10 havia recebido retorno do Comitê Nacional - e-mail enviado ao grupo em 03-11 - assunto: Consulta ao Comitê Gestor Nacional Sigep-JT. Em resumo: TRT2 ainda com problemas com AtAt. Módulo GECJ, primeira versão, previsto para 20/11/20 com término previsto para 2022. Módulo Designação com previsão de início no primeiro semestre de 2021.</p> <p>Atenção! Em 14-05-2021, quanto à GECJ, Cesar referiu a impossibilidade de controle do teto se mantida carga de GECJ. Referiu como exemplo o levantamento de passivos de GECJ que está sendo apurado, desde 2015.</p>	Secof	nd		
16	<p>Tratamento quintos absorvíveis: 1. Fazer a identificação na FolhaWeb (já está ok na folha legada, exceto em relação às aposentadorias pagas pela média, em estudo na Secof/Marinho) -> aguarda entrega de versão com os campos necessários. Caso a entrega não ocorra a tempo, criar solução regional (criação de rubrica) -> há expectativa para disponibilização dos lançamentos necessários para a versão 1.24, prevista para 08-2021 (e-mail: [FolhaWeb - Melhoria Negocial #37625] Separação de quintos/décimos incorporados administrativa ou judicialmente - rubrica de VPNI); 2. Reportar andamento do Redmine #38795,</p>	<p>Secof - 12.1 e 12.2</p> <p>Segesp - 12.3</p>	nd		

	<p>aberto para atendimento da demanda via sistema FolhaWeb;</p> <p>3. Reportar andamento do Redmine #38921, ref mód Principal (ajustada para '1.Backlog').</p>				
17	<p>Auxílio-Transporte:</p> <ol style="list-style-type: none"> Validar ajustes efetuados pela Setic para execução da decisão ref pagamento AT em recessos/feriados (devolução valores recebidos últimos 5 anos) -> acompanhar análise Selegis sobre prazo decadencial/prescrição/boa-fé; Reportar em que competência ocorrerá a devolução decorrente do item anterior; Acompanhar execução decisão da Presidência sobre divergência cálculo valor pago AT (Sigep não utiliza tabela escalonada) -> Presidência acolheu proposição da área técnica quanto a não utilização da tabela escalonada - decisão no Proad 2941/2020, de 08-03-2021, porém, isso será aplicado somente após revisão Portaria TRT4 591/2000, que ocorrerá após retorno CSJT ao ofício que será expedido; Reportar andamento Redmine #24616 (idem #32892, aberto pela Geslaine), ref divergência divisor AT na Folha, que considera sempre 22 dias -> no Redmine #32892 consta informação: "Tarefa fechada. Demandante deverá abrir uma tarefa de melhoria negocial." Neste o demandante é a Geslaine, mas a demanda dela tem como origem a nossa #24616. Secof entende que a FW deveria ter a fórmula alterada para que só fossem considerados dias em que houve efetivo exercício, entretanto, não foi testado efeito de lçto de faltas no módulo de frequência, pq SFF está utilizando afastamento local. Teste será efetuado após de-para dos afastamentos padronizados. No entendimento da Secof e da Segesp/SB, o correto é o procedimento do Sistema RH que considera o número de dias de AT efetivamente recebidos. Matéria 	Secof e Segesp	nd		

	<p>submetida à Administração. Marinho irá se manifestar no Redmine após retorno do Proad 2941/2020;</p> <ol style="list-style-type: none"> 5. abrir Assyst para criação de rubrica regional para pagamento do AT; 6. sobre abertura de Redmine para correção mês utilizado para pagamento do AT na rubrica nacional: Marinho informou que foi criada a rubrica regional 0400755 - TRT4 - AUXÍLIO TRANSPORTE MÊS POSTERIOR, com regra de negócio a ser detalhada para a SETIC pela SB. Os testes estão sendo realizados em HML conforme demanda da SB. A rubrica nacional será obstruída, uma vez que, em exaustivos testes, ficou demonstrado que ela não atende à regra deste Regional para o pagamento do Auxílio Transporte. Importante referir em ofício a criação desta rubrica e respectivas regras adotadas; 7. verificar pagamento tele parcial, considerando o disposto na norma atualizada (tramita na Segesp e-mail sobre o assunto: TELE Parcial x AT) <p>Atenção! Ver andamento PROAD 2941/2020 (atualmente, está na Segesp/SB para expedição de ofício ao CSJT, após conclusão testes com Secof).</p>				
<p>18</p>	<p>Unimed:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reportar andamento do Redmine #38291, ref solução cobrança consultas (solução de contorno trazida pelo PAPS); 2. Abrir Redmine de Melhoria Negocial com explicação detalhada da demanda trazida pelo Redmine #38291 (identificada necessidade de criação de outra tela de cadastro) - necessidade de reunião Secof, Segesp e Setic para definição de parâmetros para a abertura da demanda; 3. Reportar tratamento cobrança GRU. 	<p>Secof e Segesp - 18.1 e 18.2 (sobrestados)</p> <p>Secof - 18.3</p>	<p>nd</p>		

<p>19</p>	<p>Dependentes:</p> <ol style="list-style-type: none"> Ref endereço: o evento S2400 pede endereço pensionistas que têm origem no cadastro de dependentes, motivo pelo qual, no mínimo em relação a estes, o endereço deverá ser ajustado para o formato exigido pelo eSocial - separadamente -> concluir análise relatório de endereços de pensionistas para identificação daqueles que terão que ser ajustados; após cumprimento item anterior, orientar SAP e SB para ajustarem o endereço do dependente no sistema, especialmente toda vez que virar pensionista; Conferir endereço dependentes RH x Sigep (foi solicitada elaboração de relatório via PAS), após conclusão análise leiautes eSocial; Ref. qualificação cadastral: é exigida dos dependentes com finalidade 'imposto de renda'. Ao gerar relatório de dependentes com essa finalidade, foram identificados 600 relacionados a ex-servidores (cadastro sem 'data-fim'. Concluir ajuste. (Obs.: SB já orientada a realizar qualificação cadastral - confirmada com SB a adoção de fluxo para encerramento de finalidade/dependência). <p>Obs.: quando da análise dos leiautes, cuja conclusão está prevista para 03-2021, GT eSocial verificará se e que dados de estagiários são solicitados e se mód Principal atende às necessidades (em caso negativo, ver GEst).</p> <p>Obs.2: Gisele informou que o Evento S-2200 não pede endereço do dependente. Marinho verificará na próxima reunião do eSocial se existe a possibilidade desse dado ser requisitado em outro evento -> cf Cristina, em 25-06-2021, o dado é requerido no S2400 para os pensionistas, cujos dados têm origem no cadastro de dependentes.</p> <p>Obs.3: 13-08-2021: Eder reportou que os eventos</p>	<p>Segesp - 19.1 (depende do 19.2) e 19.3</p> <p>Secof - 19.2</p>	<p>nd</p> <p>07-2021 (previsão conclusão análise eSocial)</p>	<p>A conclusão da análise do eSocial será considerada sem data definida, pois se trata de demanda contínua.</p>	<p>nd</p>
------------------	--	---	---	---	-----------

	<p>iniciais não foram enviados devido à problema ocorrido com o evento S1005, que ainda está sendo analisado. Reportou, também, que o evento 2230 dependerá de informações oriundas do Sigs (TRT2 não informou ainda de onde sairão os dados dos demais eventos (só até 2400 foram recebidos - periódicos não mandaram dos intermediários).</p> <p>Informação relevante: Em 27-10, Marinho relatou que foi publicada a Portaria Conjunta n. 76/2020, em 23/10/2020, dispondo sobre o novo cronograma de implantação do eSocial. Nosso TRT deverá enviar eventos de tabelas (cadastro) e não periódicos a partir de julho de 2021 e eventos periódicos (folha de pagamento) a partir de abril de 2022. Eventos de SST, julho de 2022.</p>				
20	<p>Convocações / substituições magistrados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reportar andamento Redmine #24445; 2. Validar relatórios (De acordo com Seama, relatório 0036 apresenta designações antigas). 	<p>Segesp - 16.1</p> <p>Secof - 16.2</p>	nd		
21	<p>Relatórios Sigep-JT:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliar conformidade relatórios existentes no sistema: <ol style="list-style-type: none"> a. Resolução 63 - Secof (Redmines relacionados: #38417 e 38681) b. Resolução 102 - Secof e Segesp (Redmine relacionado: #39330) c. Transparência - Segesp: há dois relatórios do Anexo IV da Resolução 102:: cargos efetivos e cargos em comissão e funções de confiança (há relatório na Folha com dados financeiros) -> solicitado desenvolvimento de relatórios no PAS para atender à SFC / anexo IV, e do anexo V d. TCU - Secof e Segesp: os relatórios estão na Folha. Há dois relatórios: ativos (com inativos) e pensionistas e. Siprev (avaliação atuarial) - Secof e 	<p>Secof e Segesp</p>	nd		

	<p>Segesp. Existem quatro arquivos: ativos, aposentados, pensionistas e dependentes (Redmine relacionado: #39253, ref identificação tipo de regime da averbação RPPS/RGPS)</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. Abrir Redmine na Folha ref inconsistências apuradas; 3. Indicar regras de negócio para elaboração de relatórios não atendidos; 4. Desenvolver relatórios. <p>Documento compartilhado para análise relatórios: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1AyZMWmQigVdfzijkGBsN-NPUI70.JRV94QExOtgWGW/edit?ts=5ed4d685#gid=0</p>				
22	<p>Integração Proad:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Acompanhar solicitação submetida pela Coordenadoria de Implantação de Sistemas ao Comitê Gestor Proad ref "Integração com PROAD: servidores falecidos/exonerados, dependentes, pensionistas e nome social", cf reportado em ata do dia 19-02-2021; 2. Verificar se base HML do Proad está ligada à base HML do Sigep, para testes de alteração de unidades. 	Setic	27-08-2021	<p>22.2 Sobre a integração entre as bases de homologação Sigep x Proad, Márcia confirmou que há.</p> <p>Cristina informou ser importante a marcação de unidades sem lotação, para que a 'caixa' de unidades com esta situação não apareça no Proad. Cristina fará testes para verificar se ocorre o efeito desejado e se não haverá outros impactos indesejados.</p> <p>Sobre a exigência de certificação digital para a Pasta Funcional do Proad, Cristina falará com Alex/Setic.</p>	nd

<p>23</p>	<p>Substituição servidores:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Promover melhorias no relatório desenvolvido no PAS (Atenção! Relatório não identifica substituição para titular em férias quando há mais de três períodos -> ajustar histórico quando ocorrer interrupção das cargas); 2. Reportar andamento Redmine #37555 ref importação relatório por planilha para dentro do sistema -> no último andamento reportado, havia sido inserido comentário “No momento, não será criada funcionalidade de substituição no módulo de Comissionamento do Sigep, pois, provavelmente, será atendida pelo Autoatendimento. Entretanto, a demanda não será encerrada. Ficará com a situação "Pendente" e será analisada somente após a homologação do Autoatendimento. Caso o novo sistema não atenda as necessidades, a demanda poderá ser retomada.”; 3. Definir responsável pelo lçto de cursos com e sem diárias para efeito na substituição (SV/parcial ou EJ) - Segesp aguarda sinalização da EJud para reunião sobre o tema. <p>Observação: de acordo com Adriane, o problema persistirá até que se deixe de fazer carga de férias, já que o relatório PAS desenvolvido não puxa informações do campo 'observações'. Ainda, a ferramenta desenvolvida pela Setic supre a necessidade de carga por planilha. Hoje os dados são gerados pelo RH e migrados pela SETIC para o SIGEP, de forma a preencher os campos que são lidos pela FolhaweB. A ferramenta da TI gera os dados a partir do SIGEP, esses são conferidos e resultam em planilha para carga e preenchimento dos dados para pagamento. A proposta do redmine é outra, seria a geração automática das substituições e preenchimento do campo para pagamento, tudo pelo próprio SIGEP.</p> <p>Observação 2: referente necessidade de criação de rubrica regional para pagamento de substituição</p>	<p>Segesp e Setic - 23.1</p> <p>Segesp - 23.2</p> <p>EJ - 23.3</p>	<p>nd</p>		
------------------	--	--	-----------	--	--

	<p>sem titular: Marinho, considerando serem poucos casos, sugeriu que seja utilizada a própria rubrica nacional. Adriane falou da necessidade em ser definido fluxo, o que será feito entre Segesp/Secof.</p> <p>Informação relevante: em 11-06-2021, Adriane/SFC reportou ter sido testada com sucesso a ferramenta desenvolvida pela Setic, entretanto, foi verificado um fato novo envolvendo situação de substituto sem titular. No mês de abril um servidor recebeu 8 dias de substituição relativos ao período de 10 a 17/03, em razão da vacância do cargo do titular. Na folha de maio, tivemos mais 7 dias, para pagamento retroativo, referentes aos períodos de 01 a 05/03 e 08 a 09/03 (esses períodos são referentes à fruição de dias trabalhados nas eleições, pela titular). Ocorre que a FolhaWeb acusou o desconto de 1 dia de substituição. Ao que parece a folhawebe não está conseguindo criticar os períodos, está considerando que foram pagos 8 dias referentes a março e agora dizemos que são 7, logo teria desconto de um dia. A demanda seguiu em investigação pela Carla da Secof.</p> <p>Atenção! Cristina lembrou que a solução só poderá ser adotada em produção quando for interrompida a carga de férias, em razão da solução não ler mais de 3 períodos de férias. Em relação à virada das férias, o GT aguarda retorno dos processos 2243/2020 e 2665/2021.</p>				
24	<p>Moléstia grave - campo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reportar andamento Redmine #25189, ref pedido de replicação do campo 'moléstia grave' do mód de aposentadorias para o mód de gestão, que serve a ativos e inativos (campo criado para gerar efeito na folha x passivos); 2. Reportar andamento demanda CSaúde ref relatório de magistrados e servidores que possuem indicação de PcD no sistema, sem que tenham ingressado em vaga PcD, para verificação de pertinência do registro (e-mail 	<p>Segesp - 20.1 CSaúde - 20.2</p>	<p>nd</p>		

	<p>cujo assunto é 'servidor/magistrado pcd', enviado à CSaúde em 29-07-2020) - em 09-07-2021, Caroline informou que todos passarão por perícia. Previsão: sem previsão enquanto perdurar a pandemia.</p> <p>Informação relevante: ingressantes em vaga PcD terão registro pela Segesp e, os demais, pela CSaúde.</p>				
25	<p>Ocultação de dados Sigep - magistrados e servidores:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. verificar se ajustes para exclusão dos acessos indevidos foram concluídos (PAS 0030), para tomada de decisão quanto à eventual restrição de acesso a ser adotada; 2. abrir Assyst para análise da conveniência de se submeter possibilidade de utilização do recurso de ocultar dados magistrados e servidores x LGPD (origem da demanda: manual da versão 1.23, que refere ser possível a ocultação). <p>Sobre solicitações de autorização de acesso aos sistemas, deverão ser submetidas ao Comitê e, uma vez autorizadas, os gestores de cada sistema/módulo darão o acesso.</p>	Segesp	25.1 27-08-2021		
26	<p>Consignações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reportar andamento processo para aquisição de novo sistema de consignações (atual com muitos problemas). 	Secof	nd		
27	<p>Assistência pré-escolar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ajustar controle pagamento do benefício para LTS > 720 dias; 2. confirmar se benefício é devido para LPF > 30 dias. 	Segesp	nd		

<p>28</p>	<p>e-Gestão:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Validar extração dados, após entrega relatório Qlik elaborado pela Setic/Nora; 2. acompanhar Assyst R159116, ref comparação dos scripts do nosso regional com o do TRT2, ref eGestão, para identificação das divergências e das adaptações necessárias. (Somente após esta comparação, a Segesp poderá, se for o caso, submeter à Administração eventuais entendimentos diversos) -> em 11-06-2021, Farias reportou reunião na qual ele participou, assim como o Milan, que explicou que o objetivo do ofício seria informar aos regionais que deveriam ser comparados os dados extraídos do legado x Sigep e que os ajustes fossem pontuais. Milan falou, tb, que está atuando sobre o eGestão um GNN. Foi combinado que os scripts do TRT15 serão adotados como oficiais. Se e quando isso ocorrer, todo o trabalho que vem sendo feito até então deverá ser refeito. O GT concluiu não ter como interromper o atendimento do ofício, ainda que haja a expectativa de mudança; 3. Reportar andamento Redmine #22857 - verificar (Gisele) com o TRT2/Lucia a situação do chamado, considerando que o Redmine #22857 consta como backlog e legada; 4. reportar andamento Redmines #17550 e 40560, ref segundo campo lotação.. <p>Informação relevante: em 29-01-2021, Cristina lembrou da questão relativa à lotação de servidores em postos e do impacto do procedimento adotado pelo Tribunal na extração dos dados pelo Sigep. Referiu que a criação de segundo campo de lotação resolveria, também, esta questão, além dos casos de SAT Remoto e de demais lotações provisórias.</p> <p>Informação relevante: ref criação de segundo campo de lotação, Gisele informou existirem 2 Redmines sobre o</p>	<p>Segesp</p> <p>Setic, ref prestação esclarecimentos sobre forma de validação/extração dados e-Gestão</p>	<p>28.3 06-08-2021</p>	<p>28.3 Em relação ao Redmine #22857, Cristina reportou que se trata de 'correção técnica' e que há mensagem no chamado: "estamos cientes do problema e trabalhando na solução".</p>	<p>nd</p>
------------------	--	--	----------------------------	--	-----------

	assunto: #17550, aberto em 21-02-2019, e #40560, solicitando a criação de campo para a correta apuração da força de trabalho, conforme previsto na norma do CNJ. A demanda #40560 consta como 'autorizada'.				
29	<p>Avaliação de Desempenho:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Especificar regras de negócio para elaboração de relatório PAS para identificação do número de horas em eventos na classe, conforme o já existente no legado; 2. Desenvolver relatório; <p>Obs.: abertos dois Redmines ref inconsistências no mód de Avaliação de Desempenho - #40552 e 40553. Cristina ponderou tratar-se de erros bastante sérios, com impacto direto em folha, e que a instalação em Produção só foi autorizada porque o mód não está sendo utilizado.</p>	<p>Segesp - 25.1</p> <p>Setic - 25.2</p> <p>Secof - 25.3</p>	nd		
30	<p>Cadastro unidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reportar andamento processo em que tramita tipificação unidades (Proad 3355/2020) -> a questão da lotação dos postos já foi atendida. <p>Obs.: o cadastramento de sessões especializadas no mód de Comissionamento depende do cadastramento do 'tipo de unidade'.</p> <p>Processo relacionado: Proad 3355/2020.</p>	Segesp	nd		
31	<p>Licenças saúde (LTS > 720 dias e LPF):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Testar efeito financeiro -> interrupção auxílio-alimentação e remuneração, etc (Secof indicará servidores - usar dados 2019 por ainda ter AT à época); 2. Definir estratégia de atendimento da demanda relacionada à inserção de dados oriundos de outros órgãos e de averbações. 	Secof e Segesp	27-08-2021	Marinho solicitou mais prazo para realização de testes com a CSaúde. Adiado.	09-2021
32	<p>Adicional noturno:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Acompanhar Redmine #37541, ref criação de base de cálculo nacional com associações 	Secof e Segesp	27-08-2021	Marinho informou que testes serão retomados. Informou, ainda, andamento do Redmine #37541: está classificado como "Legado" mas com estas alterações	nd

	<p>corretas -> solicitando a criação da base de cálculo faltante (BASE_HORAS_EXTRAS) para o funcionamento da rubrica 0000180 - ADICIONAL NOTURNO);</p> <p>2. Retomar análise rubrica AN, a partir do carregamento do ponto.</p> <p>Obs.: quanto à legislação do AN para verificação da obrigatoriedade de pagamento antecipado: De acordo com Eder, em relação à forma do pagamento do AN, não haveria necessidade de pagamento antecipado - há imposição de pagamento antecipado de AA e AT. Para a Secof, o ideal seria pagar AN a partir de rubrica regional no mês seguinte. Será retomado após conclusão testes SFF.</p> <p>Marinho informou, em 12-06-2020, que foi constatado que o pagamento de AN é feito dois meses após a ocorrência, ou seja: AN de fevereiro é pago em abril, o que atenderia à necessidade de prazo para recebimento das informações pela SFF. Marinho sugeriu que seja adotado o mesmo fluxo pelo TRT4.</p>			<p>das última versões do SIGEP (e FolhaWeb):</p> <p>"#44450 - Rubrica 0000181 - ADICIONAL NOTURNO - Ajustes para considerar as Horas Noturnas corretamente</p> <p>- Ajustar a variável QTD_MINUTOS_ADIC_NOT_MES da rubrica 0000181 - ADICIONAL NOTURNO para que seja lançada na folha a frequência tanto de dias úteis, quanto sábados, domingos e feriados, sem incidência de Hora Extra.</p> <p>- Incluído campo INCIDE_HE na view VW_PAY_SERVICO_NOTURNO."</p> <p>O redmine #44450 foi colocado em produção na versão corrente (SIGEP e FolhaWeb).</p>	
33	<p>Campo Registro Eletrônico de Empregados (nome alterado na última versão - 05-2021):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reportar demanda aberta pela Seconfi, por e-mail, cujo assunto é 'Evento S1000 eSocial', pedindo esclarecimentos; 2. Confirmar regra de preenchimento (a princípio, no nosso caso, a opção será 'optou', conforme orientação recebida do TRT2. Eder alertou, contudo, que a orientação seria de preenchimento como 'zero', que corresponde a 'não optou'.) - Cristina enviou e-mail ao TRT2 e ao auditor Thomas - assunto do e-mail: Dúvidas do TRT4 sobre o eSocial - complementação. 	Segesp	06-08-2021	<p>Na ata anterior: De acordo com Cristina, a resposta (e-mail: Dúvidas do TRT4 sobre o eSocial - complementação) foi no sentido de que seja marcada a opção "não optou" -> Tarefa cumprida.</p>	na
34	<p>Auxílio-Alimentação:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. acompanhar Redmine #38125 () para ajuste pagamento AA no mês posterior (desconto), uma vez que sistema considera dias úteis e 	Secof	25-06-2021	<p>Marinho informou que o Redmine #38125 estava parado, entretanto foi movimentado nesta data com solicitação de que seja atendido já que problema</p>	nd

	<p>não nr de dias recebidos (22, quando o pagamento deu-se para mês cheio).</p> <p>Observação: a solução para evitar descontos equivocados, quando da virada, seria a partir da verificação de relatório PAS. Deverá ocorrer, oportunamente, reunião com Secof/Segesp para ajuste de fluxo de forma a permitir que casos como esse sejam reparados, entretanto, há um limite operacional para que esse ajuste seja feito manualmente.</p> <p>Observação 2: Marinho, em 09-07-2021, referiu que, por ora, esses casos terão que ser ajustados manualmente.</p>			persiste.	
35	<p>Frequência:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Integrar ponto eletrônico; 2. Desenvolver sistema para importação de dados de entrada e saída de servidores do interior (sem relógio ponto). <p>Obs.: a demanda será retomada após início SOL.</p> <p>Maria Augusta havia compartilhado preocupação em relação aos efeitos de jornada indicada x ponto carregado, nos casos em que, p.e., o servidor apresentar ponto com número de horas inferior à jornada indicada, entretanto, Cristina relatou existir no módulo de frequência um campo em que deve ser indicado se o servidor possui controle de jornada - deverá ser indicado "não", o que foi observado pela SFF nos testes.</p>	Setic	nd		
36	<p>Integração relatórios e sistemas de outras áreas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. retomar integrações (demanda anteriormente conduzida por Rubilar) -> a Segesp será informada a cada integração retomada para análise da qualidade de dados no Sigep. 2. Alertar sobre necessidade de alteração da origem dos dados. 	Setic Segesp	nd		

	<p>Informação relevante: em 28-05-2021, Cristina levantou questão sobre quais sistemas já estariam consumindo dados do Sigep (que campos e em que data dados são extraídos). Exemplo: Seculum, que puxa dados do Sigep, como nome, código, etc. Ajustado que para as próximas integrações haverá ajuste prévio com a Segesp, que será consultada sobre a validação dos dados buscados e impacto da LGPD.</p>				
37	<p>Carga de dados diversos:</p> <ol style="list-style-type: none"> Carregar dados dos cursos de Qualidade de Vida e de magistrados (pe: encontros magistratura) (eventos sem reflexo no AQ). <p>Assyst relacionado: R119128.</p>	Setic	nd		
38	<p>Noticiar finalização migração sistemas e desuso RH.</p>	Comitê	nd		
39	<p>Excel:</p> <ol style="list-style-type: none"> Apurar equipamentos da Segesp sem o Excel para que seja solicitada a instalação antes que ocorra o curso que será contratado nos próximos meses. (e-mail enviado em 13-08-2021) 	Segesp	27-08-2021		
40	<p>DIRPF:</p> <ol style="list-style-type: none"> Referente à autorização de acesso às DIRPF: solicitar liberação de permissão a novos servidores, a cada ano. 	Segesp	nd (anual)		